

Paulo Ferreira da Cunha

O essencial sobre

FILOSOFIA POLÍTICA
DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

INTRODUÇÃO

1. Há autores, como R. Patai (1974), que adiantam uma metodologia redentora para casos espinhosos, como o desta introdução: a melhor forma de atacar a apresentação de um livro seria definir antes de mais os termos constantes do respectivo título. Porém, uma qualquer tentativa de os seguirmos revelar-se-ia pouco mais que vã: *filosofia*, para além do etimológico significado de «amor à sabedoria», quer dizer tantas e tão complexas coisas que não cabe nas talas da definição; e *política*, neste nosso contexto de reflexão, começa logo por não se saber se é arte ou ciência, ou se a deveremos remeter para a «realidade» social, ou para outro *quid*, ainda que tenha como fito ora actividades muito excelsas, ora acções muito perversas.

Definir não parece ser procedimento adequado. E, contudo, é óbvio que ao (re)lermos o sintagma da «filosofia política» ora pensamos nele como um todo, ora o decompos nos seus dois elementos. E assim, em pré-compreensão, *grossissimo modo*, poderemos sem nenhum rigor dizer que filosofia é função ou acção de pensar,

reflectir, com profundidade e radicalidade, sem as limitações (algo tautológicas) das ciências, sem os dogmas e as crenças das religiões ou das ideologias, indo ao fundo dos problemas, à raiz dos problemas com rigor e espírito crítico; e que política é a actividade humana da luta pela conquista, manutenção e/ou alargamento (expansão) do poder, a qualquer nível — desde o internacional ao estadual, ao corporativo, ao familiar...

Enquanto realidades, fenómenos, quer a filosofia quer a política podem atingir um grau de elaboração e aprimoramento que lhes dê a dimensão de «arte» (há quem fale de filosofia como «uma das belas artes»), e numa perspectiva de racionalidade mais formalista e racionalista poder-se-á falar também para ambas em ciência.

Realidade ou fenómeno, arte e ciência (e também técnica, ciência aplicada ou pré-ciência «ritual», funcionalizada) são atributos possíveis quer da política quer da filosofia. Embora no caso da ciência e da técnica quadrem mal à filosofia tal tipo de epítetos. Husserl considerará a filosofia uma ciência de rigor. Mas não é de ciência que normalmente se trata, antes de uma *sagesse* que recorta a *episteme* de forma diversa. Também a política pode ser várias coisas. E nelas nos deteremos, porque no sintagma «Filosofia Política» o cerne, o «X» do assunto é a Política, sendo a Filosofia de algum modo «determinante» ou «adjectivante».

A Filosofia Política é uma das formas de abordagem do estudo da Política. Não é, desde logo, uma forma ou uma modalidade de Política, mas um estudo teórico, uma espécie possível de visão sobre ela. Desde logo, pois, se afasta da política *como política*, da prática política, ou da vida política. Esta flui, normalmente, na reacção entre as ideias (e as ideologias, se for caso disso) e os desafios das circunstâncias de cada presente. Há políticos mais pragmáticos (que se acomodam mais às realidades em que se movem) e outros mais utópicos (que reagem mais fortemente contra esses condicionalismos, procurando de uma forma ou de outra vencê-los).

Para além da política enquanto prática, várias são as disciplinas teóricas (e académicas) que se distinguem precisamente a partir dessa prática.

As expressões são várias, mas queremos poder dividir as várias *epistemai* em dois grupos: o das disciplinas mais especulativas e atinentes a objectos mais axiologizados ou personalizados, e o as disciplinas mais positivas ou «científicas» *tout court*.

Assim, no primeiro grupo se integrarão a Filosofia Política propriamente dita, a Teoria Política e o Pensamento Político. Tendo como extensões históricas a História do Pensamento Político, a História das Ideias Políticas e a História da Filosofia Política.

No segundo grupo, além da mais específica Sociologia Política, pode desde logo encontrar-se a Ciência

Política. Com as suas diversas divisões, dela emerge hoje com relevo o estudo das Relações Internacionais. Mas na qual (segundo a classificação da UNESCO, no que confluem, em língua portuguesa, Freitas do Amaral, Paulo Bonavides ou Nery Costa) cabem tanto a Teoria Política como a História das Ideias Políticas. Nessa perspectiva, a Ciência Política de algum modo passa a grande episteme do político, a que poderíamos designar por *Scientia Politica*, geral estudo ou conhecimento de todo o campo político.

As disciplinas estão longe de serem arquétipos inteligíveis, com claro recorte como ciências no céu dos conceitos. A sua debilidade e mestiçagem começam a emergir sempre que as confrontamos entre si. Para além das guerras de território e afins, as *epistemai* comportam terras de ninguém e zonas em litígio, normalmente de intersecção de racionalidades e perspectivas.

Assim, Anthony Quinten exprimiu com alguma graça e muito acerto o que se passa com as três disciplinas mais «normativas» da política, afirmando que, antes de mais, as três não são ciência política. E poderia ter dito: não são também sociologia política.

Sem dúvida que é uma delimitação pela negativa, mas, neste universo esquivo de distinções subtis, estabelece uma *summa divisio* muito forte e radical. Por outro lado, mesmo esta divisão comporta a necessidade de uma pormenorização interna.

Se a Ciência Política, numa perspectiva restritiva (porque na lata englobaria todas estas matérias, enquanto geral *scientia*, conhecimento, do político — como vimos), é sobretudo empírica e comparativa (ao ponto de em algum momento se poder confundir — decerto pelo menos nos tempos aristotélicos matinais — até com o Direito Constitucional Comparado), e a Sociologia Política se terá de guardar de excessivos comentários e inferências, pois ultrapassando um tanto a sociometria se inclinará para o valorativo, quiçá o normativo, já as disciplinas deste último jaez não precisam de excessiva «castidade metódica», embora jamais possam fazer economia do rigor.

Na verdade, e seguindo uma advertência por Leo Strauss retomada, a Filosofia Política não é nem uma filosofia geral aplicada à política (pelo que a história da filosofia geral se encontra noutro ritmo, diverso do da história da filosofia política), nem, por outro lado, o simples *quid* «atemporal» ou sincrónico daquilo a que dia-cronicamente se chama «História das Ideias Políticas». Ou, por outras palavras, a Filosofia Política é vera Filosofia, não simples «pensamento (político)»; o qual pode ser até historicamente decisivo, mas nem sempre se elevando à profundidade, sistematização e grandeza da filosofia. E nem mesmo a «Teoria Política» se confunde com a Filosofia Política, apesar da normal sinonímia ou quase sinonímia.

Como decorre até do uso corrente das expressões, o «pensamento político» pode ser constituído por ideias avulsas, preconceitos, políticas (*policies*) ou propostas de políticas, sem necessidade de uma visão. O político, quando pensa, tem «pensamento político». Mas nem o «estadista», que sobrepuja de longe o simples político em visão e sentido do interesse público (ou do Bem Comum), pode estar seguro de possuir suficiente articulação e rasgo nas suas «ideias políticas» para se dizer que tem uma «teoria política».

Donde se dirá que a História das Ideias Políticas será o primeiro grau. Pois nem todas as ideias formam um *pensamento*, original, coerente, articulado. Depois, num grau superior de elaboração, virá o Pensamento Político e a sua história. Num grau mais elevado ainda encontra-se a Teoria Política. A distinção da Filosofia Política acaba por ser cada vez mais difícil, à medida que as *epistemai* com ela se vão aparentando mais, subindo na escala abstractiva e especulativa.

Apenas seria Filosofia Política, na pureza das coisas, para uns a especulação pura, do tipo conceitual, sobre a essência ou natureza do estado dos direitos dos cidadãos, assim como dos seus deveres (Quinton). Mas o interessante é que esta delimitação, sobretudo anglo-saxónica, esbarra com algumas ideias concorrentes no continente europeu. Comentando a falta de desenvolvimento da filosofia política na Alemanha, um autor como

Jürgen von Kempfski, em balanço do século xx filosófico-político, considera que a primeira *episteme* se integrava no direito natural, tradição que teria perecido no século xix, tendo no plano epistemológico sido retomada a questão no quadro da Filosofia do Direito e do Estado. É verdade que os mesmos problemas de fundo vão sendo metamorfoseados, mas permanecem, ao serem retomados por novas *epistemai*. Efectivamente, os problemas que a alguns pareceriam ser típicos e exclusivos da Filosofia Política, para outros constituem a Filosofia do Direito e do Estado.

Na prática, porém, acaba por compreender-se a Filosofia Política em sentido muito amplo. E assim compreenderá ela pelo menos alguns aspectos da Filosofia do Direito e do Estado (desde logo toda a Filosofia de Estado *a fortiori*), assim como os temas que para os mais puristas se integrariam na Teoria Política: considerações entre o prático e o teórico sobre os diversos níveis da sociabilidade e interacção, sobretudo na perspectiva do poder, da organização/instituição; análise institucional (de instituições pessoa e coisa); fim da política (*politics*) e meios para os alcançar (*policies*); e até as mais filosóficas discussões políticas sobre a natureza humana.

Concluimos assim que as *epistemai* do político são várias, complexamente entrecruzadas, mas que as principais divisões nos levam a considerar: em termos latíssimos, uma geral *scientia* política, a todas as *epistemai*

políticas englobando; em termos ainda muito latos, uma Filosofia Política abrangendo todas as disciplinas não «científicas», ou seja, excluindo a Ciência Política *stricto sensu* e a (se autónoma) Sociologia Política; numa perspectiva mais rigorosa, agrupando, de um lado, a Filosofia Política, a Teoria Política e o Pensamento Político e, de outro, aquelas duas demais ciências — Ciência Política e Sociologia Política.

Descendo ao pormenor e ao concreto, juntaríamos, por essencialmente semelhantes e complementares (realmente quase sinónimas) a Filosofia Política e a Teoria Política, apartando-as dos relativamente menos elaborados conceitos teóricos de Pensamento Político e Ideias Políticas.

Assim, se as Histórias do Pensamento Político «ou» Histórias das Ideias Políticas poderiam englobar o pensamento de grandes cabos de guerra ou líderes políticos, podendo versar, por exemplo, sobre César ou Napoleão, ao invés, numa História da Filosofia Política, tal seria estranho e inadequado.

2. Perante as tão diversas formas de encarar a Filosofia Política e suas afins, parece que a demanda de uma especificidade se impõe. E descobrimo-la num tipo de problema totalmente diverso dos que ocupam mesmo as outras disciplinas do político: quem se preocupa com a boa política e a boa sociedade política? A discussão pode centrar-se na cidade ideal, e no seu mito (sendo portanto uma utopia, como, desde logo, a *República* de Platão),

ÍNDICE

Introdução	3
Sófocles (Colono, Atenas, 496 a. C.-Atenas, 406 a. C.)	17
Isócrates (Atenas, 436-338 a. C.)	23
Platão (Atenas, 429-347 a. C.)	29
Aristóteles (Estagira, 384 a. C.-Cálcis, 322 a. C.)	61
Arcádio de Megalópolis, Políbio (204-122 a. C.)	85
Marco Túlio Cícero (Aepinum, Roma, 106-43 a. C.)	89
Paulo de Tarso (Tarso, Ásia Menor, c. 10 d. C.-Roma, 67 d. C.)	95
Domidus Ulpianus: (Tiro, 170?-Roma, 228)	99

Composto e impresso
na
Imprensa Nacional-Casa da Moeda
com uma tiragem de 800 exemplares.
Orientação gráfica do Departamento Editorial da INCM.

Acabou de imprimir-se
em Agosto de dois mil e seis.

ED. 1013313
ISBN 972-27-1502-X

DEP. LEGAL N.º 246 319/06